
POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NA UNIVERSIDADE

Conceitos e desafios

Raimunda da Cunha Ribeiro* & António M. Magalhães**

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar o conceito de responsabilidade social universitária (RSU) nas suas diferentes dimensões: promoção social e cultural, desenvolvimento sustentável e económico, e também identificar os desafios impostos à universidade do século XXI, como uma forma de compromisso a assumir perante os tecidos social e educacional, dos quais faz parte. O problema da pesquisa baseou-se nas seguintes questões: perceber qual a compreensão da finalidade do conhecimento assumida pela universidade, especificamente em relação ao conceito de RSU; aferir os desafios da universidade frente ao seu compromisso social e educacional, no sentido de contribuir com o desenvolvimento em suas diversas dimensões e cumprir com sua responsabilidade social; entender se a RSU será sempre a mesma, independentemente do contexto geográfico e social. A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa, utilizando-se os princípios da análise documental. Foram analisados 42 estatutos de universidades públicas: 15 universidades portuguesas e 27 universidades brasileiras. A RSU configura-se como uma alternativa de modernização, que permite a busca constante de redefinição da gestão socialmente responsável e crítica permanente sobre a maneira de pensar e adotar os processos educativos; forma o elo entre o conhecimento gerado no contexto de sua aplicação e as necessidades locais, nacionais e globais, ou seja, o elo entre o conhecimento gerado institucionalmente e os impactos na sociedade em termos de desenvolvimento.

Palavras-chave: educação, responsabilidade, desenvolvimento, conhecimento, universidade

POLITICS OF SOCIAL RESPONSIBILITY AT THE UNIVERSITY: CONCEPTS AND CHALLENGES

Abstract: This article aims to analyze the concept of university social responsibility (USR) in its different dimensions – social and cultural promotion, sustainable economic, development – and to iden-

* Universidade Estadual do Piauí (Teresina/Brasil).

** CIPES – Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior (Matosinhos/Portugal) e Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto (Porto/Portugal).

tify challenges for today's universities, within the social and educational fabric of which it is part. The research problem was based on: the understanding of the purpose of knowledge assumed by the university, specifically in relation to the concept of USR; the challenges university is facing from its social and educational commitment to contribute to the development of its various dimensions and to fulfill its social responsibility; understanding if USR is always the same, regardless of geographic and social context. The methodology used was a qualitative approach, using the principles of document analysis. Statutes from 42 public universities were analyzed: 15 Portuguese universities and 27 Brazilian universities. USR is as a modernization alternative. This alternative allows for the constant pursuit of redefining socially responsible management and ongoing criticism about ways of thinking and of adopting educational processes. It forms the link between knowledge generated in the context of its application and the local, national and global needs. In other words, it is the link between the knowledge generated institutionally and the impact on societal development.

Keywords: education, responsibility, development, knowledge, university

POLITIKES DE RESPONSABILITÉ SOCIALE À L'UNIVERSITÉ: CONCEPTS ET DÉFIS

Résumé: Cet article a pour objectif l'analyse des différentes dimensions du concept de responsabilité sociale universitaire (RSU): promotion sociale, développement durable et développement économique. Il vise en outre à identifier les défis qui s'imposent à l'université du XXIème siècle, sous la forme de compromis à assumer face au tissu social et éducationnel dont elle fait elle-même partie. La problématique de cette recherche a été définie à partir des questions suivantes: réaliser quelle est la compréhension de la finalité de la connaissance assumée par l'université, en particulier en ce qui concerne le concept de RSU: évaluer les défis auxquels l'université doit faire face, dans le cadre du compromis social et éducationnel qui est le sien, pour contribuer au développement sous ses différentes formes et assumer sa responsabilité sociale; comprendre se la RSU sera t-elle toujours la même, indépendamment du contexte géographique et social. La méthodologie utilisée est une méthodologie de type qualitatif pour laquelle nous avons recouru aux principes de l'analyse documentaire. Nous avons analysé 42 statuts d'universités publiques: 15 universités portugaises et 27 universités brésiliennes. La RSU apparaît comme une alternative de modernisation permettant une recherche constante de redéfinition de la gestion socialement responsable et constamment critique sur la manière de penser et d'adopter les processus éducatifs; elle constitue le maillon qui relie la connaissance générée dans le contexte de son application et les nécessités locales, nationales et globales. En d'autres termes, elle est le maillon entre la connaissance générée institutionnellement et les impacts sur la société en termes de développement.

Mots-clés: éducation, responsabilité, développement, connaissance, université

Introdução

A educação superior tem vindo a trazer consigo algumas indagações no que concerne ao seu conceito de bem público ou privado. A educação superior pode ser promovida tanto pelo Estado como pela iniciativa privada, o que não significa ser bem público ou ser bem privado. Não se pode negar que a universidade gera capital cultural e social por meio de suas ações de ensino, pesquisa e extensão, numa perspetiva de gestão socialmente responsável; por isso, é preciso reconhecer a importância da educação como um bem público, independentemente de ser a instituição de ordem pública ou de ordem particular.

Fazer parte de uma universidade, seja como docente seja como gestor/a ou como estudante, é algo que desperta o interesse por melhor compreender a dinâmica desta instituição no desempenho de suas funções básicas e o seu papel capital na produção e difusão do conhecimento para o desenvolvimento de uma determinada sociedade. O papel da universidade, tratando-se da dimensão da responsabilidade social universitária (RSU) e como complemento das suas funções básicas de ensino, pesquisa e extensão, é também o de desenvolver mentes humanas proativas para o pleno exercício da cidadania, através de ações criativas capazes de construir sociedades socialmente responsáveis e economicamente sustentáveis. Assim, diz-se que a universidade tem papel capital na promoção de ações de responsabilidade social, ou seja, ela concretiza o seu papel de instituição geradora de conhecimento através da RSU no processo que interrelaciona ensino, pesquisa e extensão. A RSU, enquanto conjunto de ações coletivas da universidade em prol do desenvolvimento da comunidade e também de seus pares diretos, é um conceito multifacetado porque está diretamente atrelado ao modelo de universidade e à forma como esta se organiza enquanto instituição, ou seja, como está constituído o *ethos* académico e a governança. A universidade, portanto, acaba por definir a finalidade do conhecimento por ela produzido, quase sempre a partir de pressões do campo social, político e económico.

Assim, a problemática deste estudo emerge a partir das seguintes indagações: qual a compreensão da finalidade do conhecimento assumida pela universidade, especificamente em relação ao conceito de RSU? Quais os desafios da universidade do século XXI face ao seu compromisso social e educacional, no sentido de contribuir para o desenvolvimento nas suas diversas dimensões (social, de sustentabilidade – ponto de equilíbrio entre o crescimento económico, a promoção social e a proteção ambiental – e económica) e cumprir com a sua RSU? E a RSU será sempre a mesma, independentemente do contexto geográfico e social?

Este artigo tem como objetivos: analisar os conceitos RSU nas suas diferentes dimensões – social, cultural, de sustentabilidade e económica; identificar os desafios impostos à universidade do século XXI, como uma forma de comprometimento a assumir perante os tecidos social

e educacional, dos quais faz parte; compreender a relação entre o conceito de RSU e contexto geográfico e social.

As contribuições deste estudo podem ser vistas em duas perspectivas: teórica e prática. A contribuição de ordem teórica remete ao entendimento do conceito de RSU, nas dimensões de desenvolvimento como promoção social e cultural, como sustentabilidade e como fortalecimento económico; e remete também aos desafios colocados à própria universidade, assentes em compromissos com a sociedade e com o campo da educação, seja ela pública ou privada. Na perspectiva prática, a contribuição remete para compreensão dos conceitos de RSU adotados pelas universidades pesquisadas através dos seus estatutos e da forma como estas instituições vêm promovendo a sua responsabilidade social.

A abordagem de pesquisa escolhida para a realização deste estudo foi a qualitativa, a qual se delineou pelo estudo de estatutos de universidades públicas portuguesas e universidades públicas federais brasileiras. A técnica de recolha de dados foi a análise de documentos, orientada pelos princípios da análise documental. Estes documentos foram os estatutos das universidades públicas nacionais portuguesas e das universidades públicas federais brasileiras sediadas nas capitais dos estados. O total de universidades estudadas através dos seus estatutos foi 42: 15 universidades nacionais portuguesas; 27 universidades federais brasileiras, sendo estas sediadas nos 26 estados e uma no Distrito Federal (Brasília).

O primeiro passo da utilização desta técnica foi, a partir da seleção dos documentos – os Estatutos –, realizar uma leitura do *corpus* de análise, atentando-se principalmente em alguns elementos: a missão, os princípios norteadores e os objetivos e finalidades de cada instituição. A análise destes elementos foi fundamental para se compreender o conceito de responsabilidade social definido por cada instituição, principalmente quando se trata da geração e difusão do conhecimento para fins de desenvolvimento, em suas múltiplas dimensões: social, cultural, ambiental e económica.

As universidades portuguesas estudadas foram: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Universidade de Aveiro, Universidade do Algarve, Universidade dos Açores, Universidade da Beira Interior, Universidade de Coimbra, Universidade de Évora, Universidade de Lisboa, Universidade da Madeira, Universidade do Minho, Universidade Aberta, Universidade Nova de Lisboa, Universidade do Porto, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Universidade Técnica de Lisboa.

As universidades brasileiras estudadas foram: Universidade Federal do Acre, Universidade Federal de Alagoas, Universidade Federal do Amazonas, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade Federal de Mato Grosso, Universidade

Federal do Pará, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Piauí, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal de Roraima, Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Tocantins, Universidade de Brasília, Universidade Federal do Amapá, Universidade Federal de São Paulo, Universidade Federal de Rondônia.

Os dados foram analisados com base na técnica de análise de conteúdo, principalmente a partir da teoria de Bardin (2009¹), levando em consideração alguns cuidados, a saber, a análise de categorias, com a finalidade de compreender o conceito de RSU, a partir do que está por trás do texto manifesto, no caso os estatutos.

Responsabilidade social universitária: perspectiva conceptual

A responsabilidade social não é um fenómeno específico do campo da educação e, em especial da esfera universitária; é um conceito que tem vindo a ser desenvolvido nos campos das ciências políticas, da economia, da administração e da gestão, sobretudo no âmbito das reformas de Estado, dos sistemas económicos e dos sistemas políticos.

Os movimentos de reforma do Estado, um pouco por todo o globo, predominantemente instaurados na segunda metade do século XX, caracterizados pela emergência do Estado mínimo, desenvolveram, por assim dizer, a doutrina da descentralização das políticas sociais e, ao mesmo tempo, a transferência de responsabilidade para organizações da sociedade civil, remetendo para estas, designadamente através das parcerias, a prestação de serviços sociais. Se, até há pouco tempo, o Estado era o promotor exclusivo das políticas sociais, esta realidade começou a mudar em função das demandas e pressões advindas de pessoas e grupos organizados, de organizações transnacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e o Banco Mundial, até mesmo de organismos governamentais que procuravam novas formas de gestão e novas maneiras de atender às necessidades sociais (Estigara, Pereira, & Lewis, 2009; Bento, 2003). Assim, intensificou-se, no cenário das organizações, a discussão quanto ao conceito e à tendência da responsabilidade social corporativa e, logo em seguida, esta discussão chegou às universidades, suscitando, portanto, a discussão acerca do tema RSU. Neste sentido, Pernalet e Ortega (2010) argumentam que o antecedente da RSU é a responsabilidade social empresarial, que se introduziu com maior firmeza no

¹ Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro.

momento histórico em que o mundo vivenciava o redimensionamento da globalização. Insistia-se em que as organizações deviam promover práticas adequadas, orientadas ao âmbito social, meio ambiente e direitos humanos, conscientes de que deveriam ir mais além de sua tarefa básica, e considerar também os impactos que tal atividade geraria nas próprias organizações e seus membros, nos grupos de interesse (*stakeholders*) com os quais se relacionavam e na cidadania coletiva.

Conceptualizando a RSU

A universidade constitui espaço de formação acadêmica, profissional, de produção do conhecimento, e é também *locus* irradiador de valores de cidadania, geralmente com o objetivo de promover o desenvolvimento, seja orientado para a promoção social, para a sustentabilidade ou para a economia. Nesse sentido, Macêdo (2005) reitera a ideia de que a universidade não só pode como deve cumprir uma missão que ultrapassa os limites da sua finalidade tradicional de produção, reprodução, divulgação e conservação do conhecimento. Requer-se, hoje, da universidade: não só a formação profissional tecnicamente qualificada, mas também uma educação que prepare o/a estudante para o pleno exercício da cidadania; não só a produção do conhecimento científico e tecnológico, mas também que a sua atividade de pesquisa esteja voltada para a resolução de problemas e para a resposta às demandas da comunidade e que esteja alinhada com um modelo de desenvolvimento que privilegie, além do crescimento da economia, a promoção da qualidade de vida.

Tal como defende Vallaeys (2006), é na universidade que se forma o mais alto nível de qualificação do indivíduo, do ponto de vista técnico, científico e humano, ou seja, formação de caráter profissional e formação cidadã, baseadas na perspectiva da mudança almejada pela sociedade. Partindo desse ponto, compreende-se a missão da universidade como algo mais amplo, para além da formação técnica para fins imediatistas da sociedade desenvolvimentista, a qual espera e até exige da universidade uma educação baseada na formação do capital humano (Severino, 2008), de modo a promover, prioritariamente, o crescimento económico. Este cenário mostra uma realidade presente um pouco por todo o globo: a educação superior institucionalizada como mercado universitário (Calderón, 2006). Portanto, é perceptível a existência de duas lógicas distintas assumidas pela educação superior: a teoria da emancipação humana e a teoria do capital humano. É dentro e na tensão destes modelos de teorias que a universidade parece estar a construir o entendimento da sua responsabilidade social.

Para Herrera (2009), da Rede GUNI (Global University Network for Innovation/Rede Universitária Global para Inovação), a responsabilidade social assume, neste tempo presente, um

novo perfil, que transcende o que era comumente denominado relevância social. A RSU forma o elo entre o conhecimento gerado no contexto de sua aplicação (conhecimento científico, tecnológico, humanístico e artístico) e as necessidades locais, nacionais e globais. Portanto, inclui uma gama de ações e processos cujo objetivo é responder às demandas do seu ambiente de maneira adequada e efetiva, especialmente do ponto de vista ético. A gestão socialmente responsável assume um novo paradigma de gerenciamento, para além da simples administração de patrimônio e de atividades acadêmicas da instituição. Nesse sentido, requer maior ênfase no compromisso social e no envolvimento dos pares, para fortalecer e dar continuidade a uma gestão social e politicamente democrática.

Para Calderón (2006), a RSU diz respeito aos deveres que a universidade tem para com a sociedade que a financia, principalmente na procura de soluções para os principais problemas sociais, a necessidade de uma melhor distribuição de renda e a criação de mecanismos de promoção social de setores historicamente marginalizados. Apesar de acreditar na RSU como um compromisso entre a universidade e a sociedade, o autor reconhece que este fenômeno ficou em evidência a partir das tendências delineadas pelas estratégias de marketing das instituições de ensino superior do setor privado, uma consequência direta da expansão da responsabilidade social empresarial e do terceiro setor. A sua crítica remete para o modelo de formação do capital humano na universidade, a partir de uma lógica mercantilista, porque este conceito enquadra-se na lógica neoliberal e, portanto, responde a interesses de um projeto de sociedade capitalista.

Na visão de Vallaeys (2006), a organização de uma gestão universitária socialmente responsável, bem como as funções sociais de ensino, pesquisa e extensão devem ser delineadas por alguns eixos, sem os quais a responsabilidade social dificilmente se cumpriria: i) garantir a responsabilidade social da ciência; ii) promover a formação da cidadania democrática; iii) contribuir para o desenvolvimento por meio da formação do/a estudante como agente de desenvolvimento.

A universidade não se pode isolar das grandes transformações que estão a ocorrer no mundo, neste tempo de globalização econômica, científica e cultural, porque, quer queira, quer não, é uma instituição que sofre interferências políticas, econômicas, culturais e tecnológicas do seu tecido social. É visível o crescente número de universidades empreendedoras em todas as partes do mundo, onde a maior preocupação, segundo Clark (1998, 2006), é gerir-se de uma forma ativa, menos dependente financeiramente da tutela do Estado, a exigir, de certa forma, uma reorganização das instituições, a partir de elementos de sustentabilidade institucional, reforçando um novo caráter organizacional. O que não quer dizer que se devam restringir a um modelo meramente empresarial, mas, sobretudo, assumir os desafios econômicos, sociais e ambientais, os quais lhes são impostos na lógica da RSU.

O termo «*universidades mercantis*» (Calderón, 2000: 1) revela a utilização de novas categorias, tais como «*mercado de ensino*» e «*cliente-consumidor*» (destaques do autor). Estas categorias caracterizam-se pela predominância da lógica empresarial, da procura do lucro, e, sob esta perspetiva, as universidades mercantis investem onde percebem que há demanda e, portanto, podem obter lucro. Isso pode significar um novo paradigma de ensino superior, como o apontado por Amaral e Magalhães (2000), no qual o ambiente social e económico deixa de ser visto como um conjunto de interesses e passa a ser considerado como uma teia dentro da qual as instituições de ensino superior se devem integrar se pretenderem sobreviver enquanto organizações. Santos (1994: 178), quando se refere à RSU, analisa-a para além da vertente economicista. Ele refere-se à ótica que remete à orientação social e política, perante os problemas do mundo contemporâneo. Porém, não a isenta da crítica: «uma responsabilidade raramente assumida no passado, apesar a permanência crescente desses problemas».

Na chamada sociedade do conhecimento, parece urgente a necessidade de um entendimento sobre o próprio conhecimento e suas respectivas finalidades frente à RSU. Dois modelos de universidade – humboldtiano e napoleónico – serviram, a partir do século XIX, de norte para tantas outras universidades em quase todo o mundo e, independentemente do modelo, esta instituição quase sempre foi vista como uma força propulsora na geração do conhecimento. Por um lado, a ideia de universidade de Humboldt, desde a fundação da Universidade de Berlim no século XIX, enfatizava a qualidade da experiência do/a estudante através da imersão deste numa atmosfera marcada pela procura do conhecimento; a ênfase do conhecimento estava na formação geral e humanística, ao invés de na formação meramente profissional. Por outro lado, o modelo napoleónico instituído também no século XIX mantinha a ênfase na cultura clássica e na finalidade do conhecimento, contemplando fortemente a formação profissional e as competências necessárias para manter a estabilidade do Estado.

A educação superior – um bem público –, seja influenciada por um ou por outro modelo de instituição (humboldtiano ou napoleónico), não deve abrir mão dos seus principais objetivos: primar pela geração do conhecimento, pela qualidade dos seus serviços e, como consequência, primar pelo desenvolvimento nas suas múltiplas dimensões, aqui especificadas: dimensão social, cultural, de sustentabilidade e económica.

Desenvolvimento social

A RSU constitui o elo entre o conhecimento gerado institucionalmente e os impactos na sociedade em termos de desenvolvimento. Escrigas e Lobera (2009) consideram importante reconhecer que conhecimento é necessário, que conhecimento é gerado e para que tipo de

sociedade ele é gerado. O conhecimento produzido no fito de promover o desenvolvimento social implica, pois, uma universidade capaz de preparar os/as estudantes no desenvolvimento da consciência crítica sobre o mundo no qual habitam e auxiliá-los/as a melhor antecipar, articular e dar vida a processos alternativos para a construção de sociedades melhores, mais justas e mais democráticas. É, portanto, dever da universidade incorporar na sua agenda a ética do desenvolvimento e buscar o conhecimento da realidade, pois a responsabilidade social diz respeito a uma forma de gestão capaz de assistir aos grupos sociais excluídos pela pobreza, pela fome, pela falta de segurança, pelas enfermidades e pela falta de garantias dos seus direitos sociais. Assim, a promoção da RSU passa também pela formação ética dos/as estudantes, por meio da reflexão e da vivência de experiências de solidariedade e voluntariado com a comunidade (Kliksberg, 2006).

Desenvolvimento cultural

Um dos objetivos da universidade é a produção do conhecimento para o desenvolvimento cultural. Por isso, é chamada a contribuir mais diretamente para o desenvolvimento social no campo da ciência e tecnologia, da formação dos/as futuros/as cidadãos/ãs e da construção de uma nova cultura, que atenda às demandas de seu tempo histórico (Georgen, 2006). A universidade, ao longo de sua existência, sempre teve um papel fundamental para o desenvolvimento cultural dos povos, entre outros motivos porque, à semelhança dos espaços de educação que a precederam, foram espaços onde os/as estudantes se reuniam para produzir o saber. A universidade continua a ser um rico espaço de convivência de pessoas e de construção de ideias e de conhecimento, *locus* de produção de pesquisa, para promover a elevação do nível educacional das pessoas, democratizar o acesso à informação e contribuir para a busca de soluções para os problemas sociais que mais atingem a humanidade na atualidade.

Desenvolvimento sustentável

Outra dimensão da RSU diz respeito ao conhecimento produzido na universidade para fins de desenvolvimento sustentável. O conhecimento, nesta dimensão, tem o objetivo de contribuir para a superação das necessidades da atual geração, sem, contudo, comprometer a capacidade de atender às necessidades das gerações futuras. O desenvolvimento sustentável diz respeito à articulação de dois aspectos fundamentais para a conservação da vida no planeta: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. Neste sentido, Escrigas e

Lobera (2009) consideram importante que a universidade priorize desenvolver e construir conhecimentos que contribuam para a pesquisa direcionada para a sustentabilidade como um elemento vital. Com isso, percebe-se que a universidade precisa de antever necessidades humanas, sociais e económicas, bem como dar prioridade ao valor social do conhecimento na construção de uma sociedade mais colaborativa e menos competitiva.

Desenvolvimento económico

A universidade, como um espaço de criação de conhecimento, pode ser encarada como um agente tanto de transformação social quanto de fortalecimento do setor económico, chegando ao extremo de ser definida por Altbach (2009: 32) como «máquinas do desenvolvimento económico». Significa dizer que a universidade tem contribuído para este desenvolvimento, fundando parques científicos e até mesmo investindo em companhias que utilizam o conhecimento por ela produzido. Isso reforça a ideia de que a universidade se tem constituído no percurso de sua história como uma das principais instituições em prol do desenvolvimento social, cultural e também económico. Atualmente, uma das maiores preocupações da OCDE (2010) diz respeito ao financiamento da educação superior, entendido como investimento, no sentido de elevar o nível de desenvolvimento dos países e também responder às mudanças tecnológicas e demográficas que estão a redefinir os mercados de trabalho. Outra preocupação diz respeito às políticas que garantam que as capacidades do ensino superior contribuem para os objetivos económicos e sociais. O documento do Banco Mundial (1995), «La Enseñanza Superior: Las Lecciones Derivadas de la Experiencia», enfatiza a importância da universidade na formação de futuros dirigentes e na preparação das capacidades técnicas de alto nível que constituem a base do crescimento económico.

Educação superior, conhecimento e desenvolvimento

A grande questão, quando se trata do conhecimento para o desenvolvimento económico, é o risco de se diminuir o valor do desenvolvimento para a promoção social, política e ambiental. Morgado (2009) acentua esta preocupação, argumentando que há uma crescente desvalorização do discurso da democratização, que concebe a educação como um direito social, em prol da retórica da qualidade e da excelência, aqui entendidas como germes de empreendedorismo e argumentos do contexto económico, o que, de certa forma, tem concorrido para reforçar a ideologia meritocrática e transformar a universidade numa entidade competitiva. «A

resposta a esta pressão (...) é o domínio que mais dificuldade levanta à universidade», reconhecem Santos e Almeida Filho (2008: 78), principalmente porque: a função social da universidade de contribuir para o desenvolvimento humano pode ser substituída pela função de atender às demandas do campo económico; a universidade pública entra em concorrência com as instituições privadas, com fins comerciais, distintos dos valores éticos e democráticos; os modelos de gestão pública são diferentes e negativamente comparados com os modelos privados de gestão; a legitimação e responsabilização da universidade, no que se refere a certos interesses empresariais, pode significar a deslegitimação e a desresponsabilização desta em relação a outros interesses e outros grupos sociais subalternos e populares.

Os sistemas de avaliação institucional geralmente primam pelo objetivo de identificar o significado de atuação da universidade frente ao seu tecido social. Por isso, quase sempre a sua responsabilidade social é avaliada neste processo, a qual pode assumir pelo menos dois vetores: pode servir para identificar a atuação da universidade no que se refere ao desempenho das suas funções básicas e, assim, perseguir a qualidade, como também pode servir para identificar os serviços prestados à sociedade, como um mecanismo de prestação de contas a quem a financia. A avaliação vista como uma mera prestação de contas, ou utilizando-se o termo *accountability*, constitui-se numa perspectiva de avaliação com uma preocupação com a competitividade internacional e com a eficácia dos investimentos em educação. Para Afonso (2010: 148), «os discursos que reclamam a introdução de mecanismos de *accountability* não são necessariamente democráticos, ou não são sempre motivados por razões explicitamente democráticas». As razões perdem o caráter democrático, porque a avaliação, nesta perspectiva, assume a linha dura de controlo, responsabilização e até punição, uma vez que a ênfase está nos resultados quantitativamente apresentados.

Diante disto, uma questão afeta significativamente o *ethos* académico da universidade: a perda de sua autonomia – ou o direito ao autogoverno, democraticamente exercido pelos corpos académicos, sem imposição externa dos poderes governamentais, sem interferências de qualquer instituição estrangeira (Ribeiro, 1982). Existem partes internas e externas interessadas nos seus resultados – são os *stakeholders*: ex-discentes, discentes, docentes, comunidade empresarial, famílias, agências de fomento, governo. Para Magalhães (2004: 358-359),

a emergência do conceito de *stakeholder* pode ser vista como um sintoma de mudança de paradigma do ensino superior (...) as transformações acontecidas nos últimos trinta anos alteram significativamente os padrões de relação entre as instituições de ensino superior, Estado e a própria sociedade.

Não se pode negar nem minimizar o valor social e educacional da universidade em toda a dinâmica do seu processo histórico, ainda que entre crises, desafios e busca de proposições para superá-los. «De um jeito ou de outro, quaisquer que tenham sido e sejam as suas marcas

dominantes e suas contradições, a universidade sempre se fortaleceu e se transformou, em acordo ou desacordo, respondendo às demandas majoritárias de seu tempo» (Sobrinho, 2005: 32). Herrera (2009) argumenta que, na sociedade contemporânea, a educação superior em geral e a universidade em particular devem assumir funções cada vez mais complexas que podem acrescentar novas dimensões à sua missão na geração de conhecimento, constituindo-se como centro de pensamento crítico, porque exerce um tipo de poder intelectual do qual a sociedade necessita para refletir, compreender e atuar.

Compromissos educacionais e sociais da universidade: desafios

O tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo central da RSU e, de certa forma, define o papel da universidade como espaço de produção e difusão de saber, contribuindo, substancialmente, para o desenvolvimento: científico, social, político, econômico e cultural. E, por isso, deve-se manter autônoma e crítica, para assim, dar conta da sua tarefa de preparar a sociedade para viver o paradigma de um mundo globalizado, centrado no conhecimento. A política que instrumentaliza a universidade, segundo Geogen (2006), precisa atender o compromisso social, privilegiando atividades de ensino e pesquisa que tenham aplicação direta ao contexto social, tendo em vista a superação dos problemas ali encontrados.

Os compromissos educacionais e sociais devem estar contemplados na missão da instituição, que quase sempre estão bem descritos nos seus estatutos. A questão é definir quais são estes compromissos, quais as estratégias para conseguir firmá-los e mantê-los de pé e quais os recursos necessários para levar adiante o propósito de uma instituição socialmente comprometida. O conhecimento produzido na universidade através da investigação, e difundido no tecido social através de atividades de ensino e de extensão, configura-se como um dos principais compromissos da universidade com a sociedade. A gestão democrática compartilhada e socialmente responsável pode ser uma das principais estratégias para firmar esses compromissos. Para alcançar os objetivos implícitos na missão, a universidade precisa de contar com as pessoas, o principal recurso e o maior potencial de uma instituição. Quando a universidade pode contar com as pessoas, os recursos financeiros quase sempre vêm como consequência.

Compromissos educacionais

Com o objetivo de prover soluções para os desafios da universidade no século XXI e colocar em movimento um processo de profunda reforma na educação superior em termos

regionais e até mesmo em nível mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) tem promovido conferências, como, por exemplo, a «Conferência Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação», realizada em Paris em outubro de 1998. Mais recentemente, promoveu a «Conferência Mundial sobre o Ensino Superior 2009: As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social». Um dos eixos das suas proposições é a responsabilidade social da educação superior no mundo atual. Sob este aspecto, o Documento de 2009 enfatiza: a educação superior como um bem público; a responsabilidade da educação superior como forma de avançar o conhecimento multifacetado; as instituições de ensino superior, como entidades dotadas de autonomia e liberdade acadêmicas; a educação superior como contribuição para a promoção da ética, da paz, da defesa dos direitos humanos e dos valores democráticos. Em linhas gerais, os documentos apontam uma série de compromissos da educação superior no mundo, como recomendações e, ao mesmo tempo, como metas a serem atingidas em prazos mais ou menos pré-estabelecidos. Nesta perspectiva, cada universidade deve planejar o ensino, de modo a adaptar-se às exigências mundiais, nacionais e locais, estabelecidas pelas vias governamentais e reorientadas, por vezes, por dispositivos legais, que são forças externas, fortes influenciadoras da universidade e da sua missão.

Compromissos sociais

Georgen (2006) defende o ponto de vista de que, tratando-se da universidade, compromisso social significa o exercício da crítica, da oposição e da resistência, tendo em vista o contexto social mais amplo, que envolve tanto a instituição de uma sociedade mais justa e igualitária, como a realização integral do ser humano como indivíduo e cidadão. Para o autor, a qualidade das atividades de investigação e de docência é elencada como o primeiro e mais importante compromisso social da universidade, por serem as suas atividades básicas. No entanto, a extensão, que também configura como uma das atividades básicas da universidade, não chega a ser mencionada. Se o foco da responsabilidade social deve recair sobre o que a universidade sabe, pode e deve fazer, a sua centralidade não se restringe à produção de conhecimentos e saberes e à formação de profissionais, mas, sobretudo, e não menos relevante, à atividade de extensão como uma força educativa, que deve articular a pesquisa e o ensino. A extensão é, também, um mecanismo que viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade, configurando, então, a RSU.

O momento atual exige que a universidade se proponha superar os desafios a ela impostos e transformá-los em compromissos sociais, como, por exemplo, em linhas gerais, os apon-

tados por Zabalza (2004), ou seja, das universidades: não se contentarem em apenas transmitir a ciência, mas em criarem a ciência através da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão; incorporarem um sentido prático e profissionalizante para a formação dos/as estudantes; manterem-se abertas ao contexto social, económico e profissional e nunca se fecharem em si mesmas; difundirem o conhecimento por elas produzido. Tais proposições remetem para um ideal de desenvolvimento, ao mesmo tempo multifacetado, sem, contudo, perder a noção de integralidade. Assim, de acordo com Santos e Almeida Filho (2008), a universidade que o mundo atual exige deve renovar-se, no sentido de avançar além do desenvolvimento moral, do desenvolvimento cultural e do desenvolvimento económico, para alcançar o verdadeiro desenvolvimento social sustentável. Isso implica construir uma universidade respeitada, de facto, como uma instituição profundamente comprometida na produção crítica do conhecimento com um elevado valor humano. É também compromisso da universidade formar pessoas com as competências técnicas necessárias para atender às exigências do campo das profissões, mas com a competência de pensar criticamente sobre a realidade que as circunda.

Neste processo, alguns princípios norteadores das políticas educacionais para o ensino superior são indispensáveis na estruturação, organização e planeamento estratégico da universidade. Santos e Almeida Filho (*ibidem*) e Santos (2010) elencam alguns destes princípios: enfrentar o novo com o novo; lutar pela definição da universidade; reconquistar a legitimidade (acesso, extensão, pesquisa, ecologia de saberes, reforço da responsabilidade social). Só através de um programa de responsabilidade social, a universidade pode lutar pela sua legitimidade, pela sua autonomia e pela sua posição de vanguarda frente às questões próprias do seu tempo, em prol do desenvolvimento.

No plano político, o compromisso social da universidade é tornar-se, de facto, uma instituição de inclusão social (Santos & Almeida Filho, 2008). Na perspectiva de produção do conhecimento, é função da universidade dominar a ciência do seu tempo no mais alto nível possível de investigação. Assim, uma das funções da universidade é fazer o maior número possível de cidadãos herdarem o património artístico, científico e intelectual da humanidade (Ribeiro, 1982).

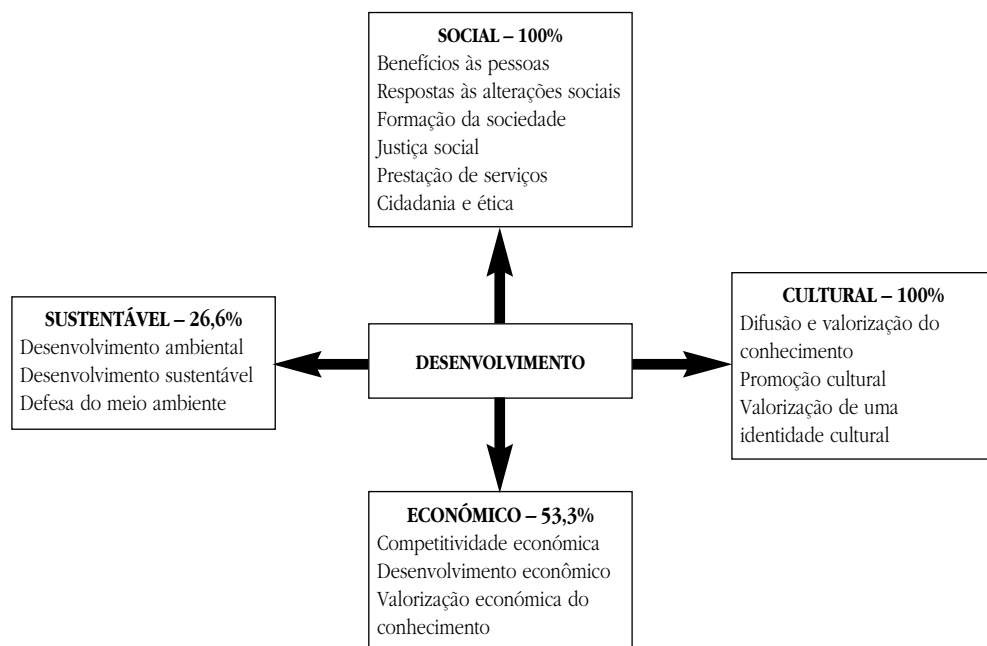
A universidade tem o compromisso com o seu tecido social e institucional de: preparar a humanidade para lidar com as complexidades contemporâneas; buscar alternativas para os problemas sociais mais urgentes; formar profissionais críticos/as e tecnicamente preparado/as para uma competente atuação no campo das mais variadas profissões; produzir e disseminar conhecimento para o desenvolvimento social, político e económico para uma nação economicamente sustentável e socialmente responsável. A essência da universidade é, pois, estar com os pés no presente, mas com os olhos no futuro da humanidade.

Análise dos resultados: estatutos universitários

Universidades portuguesas

A RSU diz respeito à maneira como a universidade responde à sociedade através de suas ações, as quais se referem à concretização de sua missão e de seus objetivos, na intenção de contribuir com a construção de uma sociedade politicamente mais democrática, ambientalmente mais sustentável, culturalmente mais preparada e economicamente mais forte. A Figura 1 demonstra o nível de preocupação das instituições de ensino superior (IES) portuguesas quanto à dimensão do desenvolvimento advindo da educação superior.

FIGURA 1
Construções teóricas acerca do desenvolvimento como forma de RSU



Fonte: Estatutos das universidades portuguesas

O desenvolvimento social e o cultural são apontados em 100% dos estatutos analisados, enquanto o desenvolvimento sustentável é apontado em 26,6% e o desenvolvimento económico em 53,3% dos documentos. São dimensões que não se opõem, mas complementam-se,

no sentido de fazer cumprir a RSU para o bem da sociedade. Assim, concordando com Vallaeys, Cruz e Sasia (2009), a RSU está diretamente relacionada com os impactos que a instituição gera no seu entorno, sem, contudo, deixar de considerar a sua identidade, a sua história e o seu contexto.

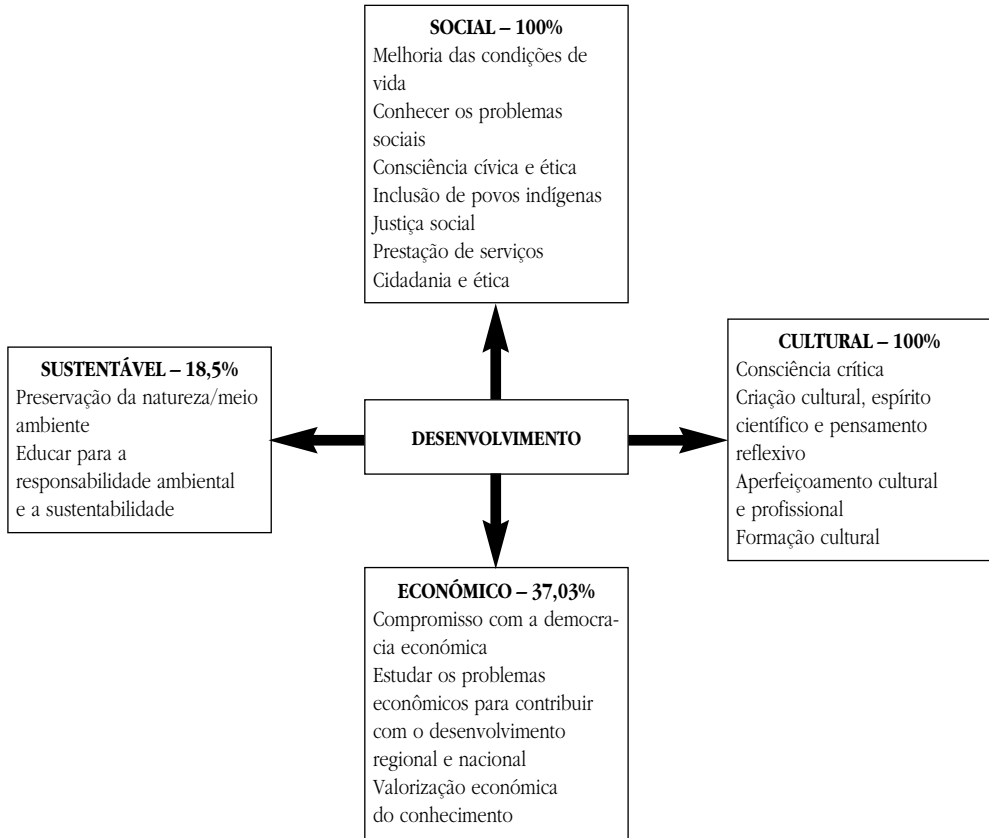
As proposições dos estatutos demonstram qual o papel da universidade no processo de desenvolvimento e modernização do país. A Declaração de Bolonha, subscrita em junho de 1998 por 29 países europeus, apresenta no seu texto o objetivo de construir um Espaço Europeu de Ensino Superior coeso, competitivo e atrativo, no contexto da crescente globalização dos sistemas de ensino. A partir desse marco, os países signatários comprometem-se em promover reformas de seus sistemas, para, então, dar conta das exigências advindas desse espaço comum. Conhecida como um plano estratégico da União Europeia, a Estratégia de Lisboa, aprovada em março de 2000, tem como objetivo tornar a Europa mais competitiva, com uma economia e uma sociedade assentes no conhecimento. Assim, a universidade vê-se influenciada pelas forças sociais, políticas e económicas a posicionar-se como sítio de investigação e produção do conhecimento e, então, a dar conta desses desafios. Nesse sentido, a universidade visa, segundo os estatutos analisados, a produzir conhecimento para o desenvolvimento, em suas múltiplas dimensões. No entanto, pode-se percebê-la, um tanto tímida, quando se refere ao desenvolvimento sustentável e ao desenvolvimento económico, duas dimensões claramente prescritas tanto na Declaração de Bolonha quanto na Declaração de Lisboa. Talvez esteja na hora de superar o aparente descompasso entre o que está posto internamente como determinação institucional e o que está posto externamente à instituição em documentos que delineiam uma governança em nível macro. Macedo e Araújo (2014) atribuem à «crise europeia» (aspas das autoras) as tensões entre a preocupação com a inclusão e a qualidade da educação e a produção de trabalhadores/as úteis a um mercado elitista, seletivo e volatizado. Como recomenda a UNESCO (2009), diante da complexidade dos desafios mundiais atuais e futuros, a educação superior tem a responsabilidade social de avançar no conhecimento multifacetado sobre várias questões, que envolvem dimensões culturais, científicas, económicas e sociais, e na habilidade de responder a tais questões.

Universidades brasileiras

Como se pode observar, 100% das universidades federais brasileiras representadas na Figura 2 demonstram preocupação com o desenvolvimento social e cultural. O desenvolvimento económico aparece em segundo lugar, com 37,03%, e o desenvolvimento sustentável atinge apenas 18,5% dos documentos analisados.

FIGURA 2

Construções teóricas acerca do desenvolvimento como forma de RSU



Fonte: Estatutos das universidades brasileiras

Tal como defende Fernandes (1975), é preciso saber, com plena convicção, como avaliar as funções sociais construtivas da universidade, na perspectiva de defender com responsabilidade e com coragem as posições assumidas. O autor percebe a universidade como uma instituição capaz de articular o/a jovem com o fluxo da reconstrução social, de servir como verdadeiro fulcro de um estado de participação social consciente e responsável. Assim, a universidade exprime – e, ao que parece, continua a exprimir – com mais força os interesses sociais e culturais de seu próprio contexto. Isso acontece, segundo Ribeiro (1982), porque, por um lado, a cultura sobre a qual a universidade opera é um símile conceptual do mundo, onde se

refletem todas as alterações substanciais da vida social, e, por outro lado, porque a universidade não atua como um multiplicador passivo de uma cultura exógena, mas tem certa capacidade de nela imprimir a sua marca e de propor projetos de transformação social.

Nos estatutos, pode-se perceber que a preocupação com o social e o cultural se sobrepõe às outras dimensões de desenvolvimento, o que pode explicar as funções históricas da universidade brasileira: preparar profissionais para atuar no campo profissional; construir uma sociedade escolarizada; promover o desenvolvimento social e político; contribuir com o progresso da sociedade, com base no conhecimento. A universidade foi e continua a ser uma instituição promotora e gestora do conhecimento e da cultura e uma instituição capaz de dar respostas aos problemas da realidade social.

A partir do que foi analisado nos estatutos das 15 universidades públicas portuguesas e das 27 universidades públicas brasileiras, os conceitos de RSU apresentam-se de forma muito semelhante. As dimensões do desenvolvimento assente no conhecimento gerado e difundido na universidade estão assim definidas: em 100% das universidades presentes neste estudo, percebe-se a preocupação com o desenvolvimento social e o desenvolvimento cultural; tratando-se do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento económico, há uma diferença relativamente pequena, sendo que Portugal demonstra estar mais avançado nestas questões em relação ao Brasil. O desenvolvimento sustentável aparece numa frequência de 26,6% dos estatutos das universidades portuguesas, enquanto nos estatutos das universidades brasileiras aparece em apenas 18,5%. O desenvolvimento económico, em ambos os países, supera a frequência do desenvolvimento sustentável, aparecendo em 53,3% nas universidades portuguesas e em 37,03% nas universidades brasileiras. Neste caso, Portugal também demonstra ter maior preocupação com a dimensão económica do desenvolvimento, em relação ao que é apresentado nos estatutos das universidades brasileiras presentes neste estudo.

No contexto de competição global, o ensino superior, como analisam Magalhães e Machado (2013), tem sido identificado como um dos fatores centrais do desenvolvimento social, económico e cultural das nações. Tratando-se de conteúdo, os estatutos assemelham-se mais do que se distanciam em termos de ideais. O desenvolvimento social refere-se às formas de benefício da sociedade, justiça social, ética, cidadania, democracia e melhoria das condições de vida da população. O desenvolvimento cultural remete para formação de uma consciência crítica, formação cultural e profissional e valorização do conhecimento. O desenvolvimento sustentável apoia-se na defesa do meio ambiente. O desenvolvimento económico refere-se à contribuição com o desenvolvimento regional e nacional, competitividade económica e valorização económica do conhecimento.

Um importante desafio da universidade é encontrar o ponto de equilíbrio entre a sua capacidade de existência e as demandas advindas do campo social que está a servir, seja na área

econômica, política, ambiental ou cultural. O conhecimento produzido na universidade, através do ensino e da investigação, deve ter como objetivo primeiro promover o desenvolvimento, nas suas múltiplas dimensões, e, assim, dispor-se a contribuir para a constituição política e administrativa do Estado e para o próprio funcionamento da sociedade. Numa perspectiva muito realista em relação ao cenário que o mundo vive atualmente, Marques (2004) critica a economia clássica, a qual se mostra cada vez mais intensa em serviços culturais, recorrendo, assim, às competências educativas e intelectuais de produtores/as e consumidores/as, em vez de perseguir mais a qualidade de vida. Convém lembrar do currículo com ênfase em valores (Menezes, 2004), que deve ter o seu lugar garantido não apenas na educação básica, mas também no ensino superior, como suporte para a formação profissional ética e comprometida com a construção de uma sociedade melhor.

Diante das demandas sociais, culturais, ambientais e econômicas que movimentam a sociedade contemporânea, o desafio da universidade, talvez o principal, é colocar-se com maior presença e com forte sentimento de pertença social, assumindo de forma imperativa a sua responsabilidade social, por meio de suas funções básicas – o ensino, a pesquisa e a extensão –, de forma integrada, visando a formação do sujeito em todos os aspectos e a nível mundial. A universidade precisa de promover momentos para o debate, priorizando na sua agenda questões relacionadas com a legitimidade, a identidade, a qualidade e a função no seu tecido social, o qual está a servir. «A universidade não pode mais ficar presa às teias do passado» (Sobrinho, 2005: 32), ou seja, de uma instituição fundada na universalidade e no saber desinteressado. Este tipo de universidade característica dos velhos tempos não corresponde à atualidade, época de grande complexidade social, de diversidade dos conhecimentos e de grandes alterações na vida dos indivíduos.

Considerações finais

Pode-se dizer que o conceito de RSU é um conceito multifacetado, uma vez que considera vários aspectos quanto aos fins do conhecimento gerado e difundido na universidade. É um conceito politicamente construído, pois as dimensões de desenvolvimento atribuídas à RSU variam de acordo com o contexto social em que a universidade está inserida.

Embora o conceito de RSU preceda do campo empresarial com a responsabilidade corporativa, observa-se que no campo da educação superior a sua natureza adquire uma nova configuração, dado o caráter público da educação, para além de um produto ou serviço comumente comercializado. Tratando-se de universidade, a responsabilidade social configura-se no esforço desta em promover ações baseadas em princípios éticos que garantam o desenvolvi-

mento nas suas múltiplas dimensões: social, cultural, ambiental e económica. Assim, a universidade deve convergir as suas ações subsidiadas em compromissos sociais e educacionais, tais como compromisso com equidade social, com sustentabilidade, com exercício da cidadania e da democracia, com a ciência e com a geração de conhecimento para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Alguns autores, especificamente sediados na América Latina (de onde escrevem), debatem a RSU como um compromisso da universidade no desenvolvimento para a promoção humana, para a superação de problemas sociais, para a construção de valores e princípios éticos e para a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática. Pode-se citar como exemplos Calderón (Brasil), Vallayes (Peru), Macêdo (Brasil), Kliksberg (Argentina), Pernalet e Ortega (México), Herrera (México).

Além do desenvolvimento para a promoção humana, o conceito de RSU aponta outro vetor: o desenvolvimento sustentável, o qual exige que se tenha a plena consciência de que os recursos naturais são finitos e, por isso, devem ser usados com critério e planeamento. A RSU, tendo como norte este aspecto do desenvolvimento, é discutida por alguns autores, como, por exemplo, os da Rede GUNI – uma cátedra da UNESCO, presente um pouco por todo o globo –, a tratar do papel da educação superior para o desenvolvimento sustentável. Exemplos são Leo Jasen, Cristina Escrigas e Josep Lobera. Assim, de acordo com a GUNI, a educação superior tem como proposta de responsabilidade social não só discutir como também apresentar soluções racionais acerca do desenvolvimento sustentável como garantia de um futuro melhor para a humanidade.

Tratando-se da RSU como uma dimensão para desenvolvimento económico, o debate parece apresentar divergências: por um lado, a crítica ao carácter economicista assumido pelas universidades privadas mercantis (Calderón, 2000), bem como a crítica ao posicionamento da OCDE e do Banco Mundial, ao defenderem a ideia de que a educação superior deve contribuir para o fortalecimento económico e, ao mesmo tempo, impulsionar uma visão empresarial do/a estudante universitário/a; por outro lado, a defesa da universidade empreendedora como uma instituição que impõe mudanças na sua estrutura e no modo de reagir às demandas internas e externas – uma instituição proativa, que tenta captar por diversas formas outros recursos e capacidade fortalecida de administração.

O conceito de RSU construído a partir deste estudo permite que se sejam algumas considerações: a universidade está ligada à sociedade por um fio condutor chamado «responsabilidade social»; o conhecimento gerado e difundido na universidade por meio do ensino, da investigação e da extensão é útil ao processo de desenvolvimento; o desenvolvimento advindo do conhecimento gerado na universidade assume múltiplas dimensões – social, cultural, ambiental e económica; a gestão da universidade deve ser democrática e estar atenta às

influências das forças sociais; o entendimento sobre a RSU, orientado por questões políticas e sociais, assume vetores diferentes, como a superação dos problemas sociais, a valorização cultural, o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento económico.

Entende-se, portanto, que a universidade do século XXI precisa de romper com o paradigma de uma instituição tradicional, fechada em si mesma, como uma «torre de marfim»; deve posicionar-se como vanguardista quanto ao progresso da humanidade; precisa de lutar pela sua autonomia, no sentido de construir a sua identidade institucional; e deve primar pela sua legitimidade, fazendo cumprir a contento a sua RSU.

Em todos os estatutos analisados, percebe-se que há uma forte presença dos desafios sociais e culturais, sendo que os desafios económicos e ambientais aparecem em menor frequência. Os estatutos representam o carro-chefe da instituição, pois é com ele e através dele que é constituído o *ethos* académico e a gestão da universidade; é a partir dos estatutos que a universidade delinea suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão; neles está posto como a universidade precisa de se comportar para atender às demandas internas e externas. Assim, afirma-se, que a proposta deste estudo foi alcançada, uma vez que foi possível perceber como as instituições compreendem a sua responsabilidade social e como se propõem contribuir com o desenvolvimento, seja no setor social, cultural, ambiental ou económico.

Diante das análises dos estatutos, foi possível elaborar algumas considerações em torno dos conceitos de RSU. As universidades portuguesas e as brasileiras, presentes no estudo, apresentam algumas semelhanças em relação à proposta de responsabilidade social como contribuição com o desenvolvimento, como exemplificam o desenvolvimento social e o cultural, em termos de frequência; em relação ao desenvolvimento ambiental e ao económico, a diferença é que aparecem com maior frequência nos estatutos das universidades portuguesas, embora não fiquem de fora dos estatutos das universidades brasileiras; esses documentos remetem, quase que exclusivamente, às mesmas propostas de desenvolvimento em termos de ideal e de missão.

O desenvolvimento sustentável, embora ainda não tenha alcançado a real relevância nos estatutos analisados, não é apenas uma preocupação da universidade. A exemplo, pode-se citar o evento «Rio+20», uma Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), realizada na cidade do Rio de Janeiro em junho de 2012, cujo objetivo foi discutir sobre o compromisso político com a sustentabilidade do planeta. Paralelamente a este evento, líderes da comunidade académica internacional, com o apoio das Nações Unidas, reuniram-se para discutir o papel da educação superior para o desenvolvimento sustentável, levando-se em consideração que a universidade educa e treina futuros/as decisores/as; por isso, acaba desempenhando um papel fundamental na construção de sociedades mais sustentáveis. Outro exemplo de compromisso da universidade com o desenvolvimento sustentável é

a lei «Grenelle 1» de 2009 (França), a qual impõe a todas as universidades francesas a realização de projetos de desenvolvimento sustentável, sob a denominação «Plan Vert» («Plano Verde»). O desenvolvimento sustentável não é uma questão específica desta ou daquela parte do globo, mas está a configurar a sua presença cada vez mais fortemente nas agendas de todas as nações.

De igual modo, o desenvolvimento económico tem demonstrado pouco impacto no contexto dos estatutos analisados. Ao que parece, as universidades estão a precisar de adequar com melhor qualidade os desafios sociais, culturais, ambientais e económicos como demandas advindas do próprio tecido social. O cuidado da universidade é não se focar numa dimensão do desenvolvimento mais do que noutras. Um contra exemplo são as universidades privadas com fins comerciais, focadas em demasia no crescimento e desenvolvimento económico. Monteiro (2009) chama a atenção para a complexidade da articulação entre modelos de globalização e mercados de trabalho, sendo também um dos desafios colocados ao ensino superior. O autor reporta-se ao Processo de Bolonha como uma instância que impõe certas exigências nos currículos do ensino superior, de modo a atender à lógica do mercado na sociedade globalizada. Para o caso brasileiro, a realidade não é diferente. As exigências advêm, principalmente, de organismos internacionais como a UNESCO, a OCDE e o Banco Mundial.

Em análise, a universidade deve ter a capacidade de gerar e difundir a ciência, bem como colocar em prática um conjunto de conhecimentos (científico, tecnológico, filosófico, artístico), no fito de contribuir com a própria comunidade universitária e também com a comunidade do seu entorno, sem perder de vista os desafios sociais, culturais, ambientais e económicos.

Correspondência: Universidade Estadual do Piauí, Rua Joaquina Oliveira s/n, Bairro Aeroporto, CEP: 64980-000 Corrente-PI – Brasil / Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Rua Alfredo Allen, s/n, 4200-135 Porto – Portugal
E-mail: raicribeiro@ig.com.br; antonio@fpce.up.pt

Referências bibliográficas

- Afonso, Almerindo Janela (2010). Um olhar sociológico da *accountability* em educação. In Maria Teresa Esteban & Almerindo Janela Afonso (Orgs.), *Olhares e interfaces: Reflexões críticas sobre a avaliação* (pp. 147-170). São Paulo: Cortez.
- Altbach, Philip (2009). Os papéis complexos das universidades no período de globalização. In Global University Network of Innovation (GUNI) (Ed.), *Educação superior em tempos de transformação: Novas dinâmicas para a responsabilidade social* (Vera Muller, Trad., pp. 31-36). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Amaral, Alberto, & Magalhães, António M. (2000). O conceito de *stakeholder* e o novo paradigma do ensino superior. *Revista Portuguesa de Educação*, 13(2), 7-28.

- Bardin, Laurence (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Banco Mundial (1995). *La enseñanza superior: Las lecciones derivadas de la experiencia*. Banco Mundial: Washington.
- Bento, Leonardo Valles (2003). *Governança e governabilidade na reforma do Estado: Entre eficiência e democratização*. São Paulo: Manole.
- Calderón, Adolfo Ignacio (2000). Universidades mercantis: A institucionalização do mercado universitário em questão. *São Paulo Perspectiva*, 14(1), 61-72.
- Calderón, Adolfo Ignacio (2006). Responsabilidade social universitária: Contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. *Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior*, 24(36), 8-22.
- Clark, Burton (1998). *Creating entrepreneurial universities: Organizational pathways of transformation*. Oxford: Pergamon & Elsevier Science.
- Clark, Burton (2006). Em busca da universidade empreendedora. In José Nicolas Audy & Marília Costa Morosini (Orgs.), *Inovação e empreendedorismo na universidade* (pp. 15-41). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Estigara, Adriana, Pereira, Reni, & Lewis, Sandra Lopes (2009). *Responsabilidade social e incentivos fiscais*. São Paulo: Atlas.
- Escrigas, Cristina, & Lobera, Josef (2009). Introdução: Novas dinâmicas para a responsabilidade social. In GUNI (Ed.), *Educação superior em tempos de transformação: Novas dinâmicas para a responsabilidade social* (Vera Muller, Trad., pp. 3-17). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Georgen, Pedro (2006). Universidade e compromisso social. In Dilvo Ristoff & Palmira Sevegnan (Orgs.), *Educação superior em debate: Universidade e compromisso social* (pp. 65-95). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- Herrera, Alma (2009). Responsabilidade social das universidades. In GUNI (Ed.), *Educação superior em tempos de transformação: Novas dinâmicas para a responsabilidade social* (Vera Muller, Trad., pp. 41-42). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Kliksberg, Bernardo (2006). Ética e responsabilidade social da universidade. *Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior*, 24(36), 23-25.
- Macêdo, Arthur Roquete de (2005). O papel social da universidade. *Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior*, 23(34), 7-12.
- Macedo, Eunice, & Araújo, Helena C. (2014). Configuração educativa em Portugal, em globalização e europeização: Que riscos para a democratização?. *Dialogia*, 19, 23-34.
- Magalhães, António M. (2004). *A identidade do ensino superior: Política, conhecimento e educação numa época de transição*. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Magalhães, António M., & Machado, Maria de Lourdes (2013). A gestão política de um sistema de ensino superior de massas e satisfação dos estudantes. In António M. Magalhães, Maria de Lourdes Machado, & Maria José Sá (Orgs.), *Satisfação dos estudantes do ensino superior português* (pp. 181-197). Porto: CIPES.
- Marques, Viriato Soromenho (2004). Economia, política e desenvolvimento sustentável: Os desafios da crise global e social do ambiente. *Educação, Sociedade & Culturas*, 21, 9-22.
- Menezes, Isabel (2004). Ambiente e transversalização curricular: Potencialidades e limites da educação ambiental na escola. *Educação, Sociedade & Culturas*, 21, 133-150.

- Monteiro, Hugo (2009). O ensino superior na era da sua reprodutabilidade técnica: Subsídios para uma análise seguidos de suas interpelações éticas. *Educação, Sociedade & Culturas*, 28, 13-29.
- Morgado, José Carlos (2009). Processo de Bolonha e ensino superior num mundo globalizado. *Educação & Sociedade*. Campinas, 30(106), 37-62. Retirado de <http://www.cedes.unicamp.br>
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). (2009). *Comunicado da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior 2009: As novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social*. Paris: UNESCO.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). (2010). *Education at a glance 2010: OCDE indicators*. Retirado de <http://www.oecd.org/edu>
- Pernalet, Mariela Torres, & Ortega, Miriam Trápaga (2010). *Responsabilidad social de la universidad: Retos y perspectivas*. Buenos Aires: Paidós.
- Ribeiro, Darcy (1982). *A universidade necessária*. São Paulo: Paz e Terra.
- Santos, Boaventura de Sousa (1994). *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2010). *A universidade no século XXI: Por uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez.
- Santos, Boaventura de Sousa, & Almeida Filho, Naomar (2008). *Universidade no século XXI: Para uma universidade nova*. Coimbra: Almedina.
- Severino, Antônio Joaquim (2008). O ensino superior brasileiro: Novas configurações e velhos desafios. *Educar*, 31, 73-89.
- Vallaey, François (2006). O que significa responsabilidade social universitária?. *Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior*, 24(36), 35-56.
- Vallaey, François, Cruz, Cristina, & Sasía, Pedro M. (2009). *Responsabilidad social universitaria: Manual de primeros pasos*. México: McGraw-Hill Interamericana.
- Zabalza, Miguel (2004). *O ensino universitário: Seu cenário e seus protagonistas*. Porto Alegre: Artmed.